Hegemonia, Estado e intelectuais: tecendo um referencial para análise de políticas educacionais[1,2]

Márcia Aparecida Jacomini[3]
Orcid: 0000-0003-2936-3174

Resumo

Este artigo tem o objetivo de apresentar a tessitura de um referencial teórico para análise de políticas educacionais que tem a hegemonia como elemento central. Buscamos, por conseguinte, oferecer alguns elementos teóricos do pensamento gramsciano que favorecem a compreensão de como são construídas posições hegemônicas em torno de determinadas políticas educacionais e como instituições e sujeitos laboram para que elas sejam assumidas e implementadas por governos. Ao articular os conceitos de hegemonia, Estado integral e intelectual, rastreamos percursos teórico-práticos da ação do Estado e dos intelectuais na con(formação) de posições ideológicas e políticas que demarcam concepções de educação e de política educacional que aproximam e distanciam aqueles/as que, a partir de sua condição institucional, influenciam as decisões sobre políticas públicas para educação. Entendemos que, tanto na sociedade civil como na sociedade política, são colocadas em movimento ideologias de diversos matizes com vistas ao estabelecimento de hegemonias relacionadas a aspectos específicos da vida social e política que fortalecem ou enfraquecem a hegemonia das classes dominantes, sendo que, por certo, convém às classes trabalhadoras que seus interesses se tornem cada vez mais hegemônicos. Por isso, assumimos que, nos processos de estabelecimento de políticas de Estado para a Educação, a participação dos/as intelectuais – das classes em condições de subalternidade nos temas em debate – deve ser orientada por uma visão que articula as demandas imediatas relacionadas com aquelas que dão unidade e coerência a uma concepção de mundo na perspectiva da filosofia da práxis.

Palavras-chave

Antonio Gramsci – Hegemonia – Estado integral – Intelectuais – Referencial teórico.

1- Disponibilidade de dados: Todo conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.
2- Este artigo foi escrito com base em relatório de Bolsa Produtividade do CNPq, processo: n. 303434/2021-0.
3- Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, São Paulo, Brasil. Contato: jacominimarcia@gmail.com; jacomini.marcia@unifesp.br

https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551282144por
This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY 4.0.

*Hegemony, State and Intellectuals: Weaving a Framework for the Analysis of Educational Policies**

Abstract

This article weaves a theoretical framework for analyzing educational policies that have hegemony as a core element. We therefore seek to offer some theoretical elements of Gramscian thought to help understand how hegemonic positions are constructed around certain educational policies and how institutions and individual subjects work to ensure their acceptance and implementation by governments. By articulating the concepts of hegemony, integral and intellectual State, we trace theoretical and practical paths of State and intellectuals' actions in con(forming) ideological and political stances that delimit conceptions of education and educational policy which bring together and reject those who, based on their institutional condition, influence decisions on public education policies. Both in civil and political society, ideologies of various shades are set in motion to establish hegemonies related to specific aspects of social and political life that strengthen or weaken the hegemony of the dominant classes, and that working classes have an obvious desire to see their interests become increasingly hegemonic. We thus assume that, in the processes of establishing State educational policies, the participation of intellectuals—from subaltern classes in the topics under debate—must be guided by a vision articulating the immediate demands related to those that give unity and coherence to a worldview based on the philosophy of praxis.

Keywords

Antonio Gramsci – Hegemony – Integral State – Intellectuals – Theoretical framework.

Breve introdução

Neste artigo, temos o objetivo de apresentar a tessitura de um referencial teórico para análise de políticas educacionais que tem a hegemonia como elemento central. Buscamos, por conseguinte, oferecer alguns elementos teóricos do pensamento gramsciano que favorecem a compreensão de como são construídas posições hegemônicas em torno de determinadas políticas educacionais e como instituições e sujeitos laboram para que elas sejam assumidas e implementadas por governos.

Ao articular os conceitos de hegemonia, Estado integral e intelectual, rastreamos percursos teórico-práticos da ação do Estado e dos intelectuais na con(formação) de posições ideológicas e políticas que demarcam concepções de educação e de política educacional que aproximam e distanciam aqueles/as que, a partir de sua condição institucional, podem influenciar as decisões sobre políticas públicas para educação. Por não ser propósito deste texto, não realizamos uma tradutibilidade dos conceitos

apresentados para a análise de uma determinada política educacional. Desse modo, os conceitos e ideias gramscianos são apresentados no contexto de sua produção com indicação de seu potencial para análises atuais.

Um pouco sobre o autor sardo

Talvez não fossem necessárias mais algumas palavras sobre Antonio Gramsci porque sua vida e obra já foram amplamente divulgadas, inclusive no Brasil. Mas como este texto pode chegar a leitores/as que ainda não tenham familiaridade com o autor, é oportuno lhes apresentar algumas referências basilares para uma melhor fluidez na leitura.

Em 2021, a *Internacional Gramsci Society (IGS)*[4] e suas seções nacionais[5] comemoraram 130 anos do nascimento de um importante intelectual da história do pensamento socialista mundial. No prefácio do livro *Antonio Gramsci 1891-1937*, de Antonio A. Santucci, Eric J. Hobsbawm escreve:

> Provavelmente nenhum intelectual entre aqueles de maior relevância do século XX deixou a própria obra numa forma menos acessível do que a deixada por Antonio Gramsci após sua morte. Mas isso não impediu que ele se tornasse talvez o mais conhecido e influente pensador italiano do século XX (Santucci, 2005, p. 9)[6].

Nascido no Sul da Itália, região de predominância agrária, contrastando com o Norte em processo de industrialização, Gramsci conheceu a pobreza de perto e desenvolveu enorme sensibilidade política à denominada questão meridional[7] para pensar o desenvolvimento de seu país no prisma de uma revolução social que conduzisse a Itália à superação da forma capitalista de produção.

A vida em Turim, os estudos universitários, que não foram concluídos, e, principalmente, sua militância política e intensa colaboração com a imprensa socialista no *Il Grido del Popolo* e *Avanti*! e, posteriormente, no *L'Ordine Nuovo*, permitiram a ele a formação que o conduziu a ser um dos principais dirigentes do Partido Comunista Italiano (PCI), fundado em janeiro de 1921.

Seus escritos antes da prisão eram direcionados à intervenção política e à educação das classes trabalhadoras e em condição de subalternidade, diferentemente dos *Quaderni del Carcere* (Q.) (Cadernos do Cárcere), de caráter mais teórico e permanente. Não obstante, os escritos do período anterior à prisão consistem em um rico e importante material de análise política.

4- A IGS é uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é facilitar a comunicação e a troca de informações aos/às interessados/as na vida e obra do socialista italiano, teórico político e ativista Antonio Gramsci (1891-1937). Disponível em: https://www.internationalgramscisociety.org Acesso: 06 jul. 2023.

5- "A International Gramsci Society - Brasil (IGS-Brasil) tem por finalidade divulgar a vida, a obra e o pensamento de Gramsci no Brasil, nos âmbitos intelectual, cultural, político e social. Promover o debate sobre a obra de Gramsci, assim como sobre os grandes temas de natureza política, cultural, intelectual, histórica, sociológica a partir da perspectiva gramsciana em suas diversas vertentes interpretativas". Disponível em: https://igsbrasil.org Acesso: 06 jul. 2023.

6- As traduções foram realizadas pela autora.

7- Para conhecer as reflexões de Gramsci sobre estas questões, além daquelas contidas nos *Cadernos do Cárcere*, sugerimos a leitura de "A questão meridional", de Antonio Gramsci. Texto escrito antes da prisão.

Gramsci viveu e interveio em importantes eventos da primeira metade do século XX, embora tenha morrido muito jovem, com 46 anos, e estado preso durante 11 anos. Participou dos debates sobre a posição dos socialistas na primeira guerra mundial, analisou as repercussões da guerra na Itália, acompanhou a revolução socialista em 1917, participou ativamente do *biennio rosso* (biênio vermelho) nos anos de 1919 e 1920, foi fundador do Partido Comunista Italiano (PCI), visitou Moscou no período de 1922 e 1923 como representante do PCI, e teve contato com os principais líderes da revolução russa, entre eles Lenin e Trotsky; também nesta viagem conheceu sua esposa Giulia Schucht, mãe de seus dois filhos, Giuliano e Delio, este ele não conheceu dado o encarceramento, e foi eleito deputado em 1924. Nos 15 anos que separam sua chegada a Turim em 1911 e sua prisão em 1926, Gramsci se dedicou à construção de condições subjetivas em prol de mudanças estruturais na sociedade italiana, envolvendo a luta contra o fascismo.

A condição de preso político, sob o regime fascista de Benito Mussolini, impediu que Gramsci continuasse sua atuação política nos eventos cotidianos, mas não deteve sua capacidade de análise da realidade e contribuição teórica sobre diversos temas que iluminam e nutrem desde trabalhos acadêmicos à militância política em várias partes do mundo. Como descrito por Fresu (2022, p. 22): "da crítica literária à linguística, da história à ciência política, da sociologia à geografia humana, da pedagogia ao teatro, da antropologia à filosofia política, Gramsci é objeto de estudos científicos aprofundados não apenas na Europa, mas nas duas Américas e na Ásia e África".

O pensamento de Gramsci tem sido interpretado de formas distintas tanto no meio acadêmico quanto nos movimentos sociais, e isso ocorre em parte pela forma como sua obra foi inicialmente divulgada, sob o controle do PCI e do regime stalinista soviético, no formato da edição temática, mas também pelo fato de os escritos do cárcere não serem uma obra finalizada e publicada por ele. Nesse aspecto, os estudos filológicos de seus escritos têm relevância ímpar na compreensão do pensamento do autor no contexto de um *Gramsci conteso*[8] (Liguori, 2012).

Nesse sentido, a edição crítica dos anos de 1970, acompanhada de um aparato crítico com explicações necessárias e relevantes à compreensão do texto gramsciano, foi fundamental para apresentar o pensamento do autor de forma completa. Mas a especificidade de como os escritos do cárcere foram produzidos demandava avançar nos estudos filológicos para uma melhor compreensão do ritmo do pensamento. Ao término do livro *Gramsci conteso: interpretazioni, dibattiti e polemiche*, no qual Liguori apresenta resumidamente os estudos sobre Gramsci na Itália, ele faz referência a um novo ciclo de estudos que trariam mais atenção ao próprio texto, o que contribuiria para enriquecer o conhecimento sobre a obra do autor.

Destarte, os estudos filológicos e o distanciamento em relação aos constrangimentos políticos podem contribuir para novas interpretações da obra do autor. A publicação da *Edizione nazionale degli scritti di Antonio Gramsci* na Itália trará um novo momento aos estudos gramscianos dentro do ciclo aberto com a filologia histórica.

8- Disputado.

No Brasil, um dos países em que o pensamento do autor alcança maior visibilidade na academia e nos movimentos sociais, a tradução da edição crítica italiana[9] constitui uma importante contribuição àqueles que estudam a obra de Gramsci numa perspectiva filológica e, principalmente, aos pesquisadores que a tomam como referencial teórico para análise de seus objetos de estudos. A publicação em língua portuguesa certamente contribuirá para a divulgação dos escritos de Gramsci e fortalecerá os estudos filológicos, que no Brasil são muito recentes se comparado ao que ocorre na Itália.

Mas as dificuldades para estudar o pensamento de Gramsci não impediram que suas contribuições à compreensão das sociedades contemporâneas nos aspectos político, filosófico, cultural, educacional etc. se fizessem presentes no Brasil. Ao atribuir novos significados a termos cunhados por outros autores, Gramsci construiu um pensamento no campo marxista relativamente inédito e com potencial para a compreensão de processos históricos e conjunturais. Ao tratar da renovação que Gramsci traz ao marxismo, Coutinho destaca algo fundamental quando se pretende contribuir para fazer avançar o pensamento marxista a partir das contribuições gramscianas ou realizar a tradutibilidade de sua contribuição teórica para compreender realidades distintas daquelas que ele analisou. Nas palavras de Coutinho (2003, p. 83)

> E se, como acreditamos, essa renovação gramsciana do legado de Marx e Lenin é a tentativa até agora mais sistemática de responder às questões cruciais da estratégia de transição ao socialismo nos países mais desenvolvidos, uma transição que continua na ordem do dia, então sua atualidade e sua centralidade se fazem evidentes: assim como não era possível, na época de Gramsci, renovar o marxismo sem estabelecer uma relação prioritária de continuidade/superação dialética com o patrimônio categorial de Lenin, tampouco é possível realizar hoje uma operação semelhante – no que ela tem de necessário – sem uma relação do mesmo tipo com a obra do autor dos *Cadernos do cárcere*. (grifos no original).

As reflexões do autor sobre a importância de uma relação orgânica dos intelectuais com as classes subalternas como forma de elevar o senso comum ao pensamento filosófico e tornar a filosofia um senso comum, no sentido de ser difundida em toda sociedade, assinalam seu compromisso com mudanças sociais. Nesse sentido, "[...] a filosofia da práxis não tende a manter os 'simples' em sua filosofia primitiva de senso comum, mas sim conduzi-los a uma concepção de vida mais elevada" (Gramsci, 2014, Q. 11, § 12, p. 1384).

Se assumirmos que Gramsci se dedicou a compreender as condições econômicas, políticas e culturais de seu país e do mundo capitalista ocidental orientado pela ideia e pela vontade de transformar as sociedades capitalistas e construir novas relações de produção e sociabilidade, é pertinente pensar que, inobstante as diversas interpretações, há em seus escritos um conteúdo revolucionário e da práxis militante.

Concordando com Bianchi (2008) e Frosini (2010), a política é o fio condutor que atravessa toda a obra de Gramsci. O nexo entre estratégia política e reflexão filosófica dá ao texto um caráter de exposição teórico-prática em que passado, presente e o devir

9- A International Gramsci Society – Brasil, por meio de um esforço coletivo, traduziu e publicou, em 2024, os cadernos do cárcere com base na edição crítica italiana. Disponível em: https://www.igsbrasil.org/galeria

se articulam tanto na interpretação da realidade como nas ferramentas teóricas para transformá-la. E a hegemonia é instrumento fundamental para a superação das sociedades capitalistas e a construção de sociedades cujas formas de produção da vida material e cultural não estejam alicerçadas na exploração e na opressão; consequentemente, instrumento fundamental às classes em condições de subalternidade para as lutas em diferentes níveis e esferas sociais.

Ao apresentar algumas reflexões sobre Estado integral, intelectuais e hegemonia com base nos escritos de Gramsci, busca-se contribuir com uma interpretação do pensamento do autor, considerando tanto sua produção histórica como seu potencial para orientar compreensões de educação e políticas educacionais no Brasil do século XXI (Nosela, 2010).

Estado integral e hegemonia

Ao propor um conceito de Estado que, mantendo a ideia central da concepção marxista, amplie sua abrangência, Gramsci buscava compreender a ação estatal numa chave em que o caráter de classe pudesse ser percebido e analisado não apenas com base nas instituições clássicas do governo (executivo, legislativo, judiciário e forças armadas), por ele denominadas de sociedade política, mas também nas instituições da sociedade civil (escola, imprensa, associações empresariais, sindicatos, igreja etc.), que constituem de maneira unitária o Estado Integral. Ao operar com este conceito, ele destaca que a relação entre sociedade civil e sociedade política é dialética e de unidade e distinção. E como alerta Liguori (2007), enquanto a unidade é orgânica, a distinção é apenas metodológica. Ao analisar os escritos gramscianos, Peter Thomas conclui que:

> A hegemonia constituía a "base social" do poder no Estado (concebido em sentido limitado, como aparato governamental); expresso nos termos da unidade dialética do Estado integral, o domínio na sociedade política dependia das capacidades mobilizadoras de uma classe na sociedade civil (Thomas, 2013, p. 218).

Em certo sentido, pode-se dizer que a compreensão gramsciana de sociedade civil dialoga com a noção hegeliana segundo a qual a sociedade civil envolve corporações profissionais e atividade econômica, esfera de mediação entre o privado e o público (Bianchi, 2020). Nos termos de Lole e Stampa (2018, p. 43): "um sistema de necessidades em que se desenvolvem as relações e atividades econômicas e as regulamentações jurídico-administrativas".

No prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, Marx, referindo-se ao estudo que havia feito da *Filosofia do Direito de Hegel*, escreve:

> Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de "sociedade civil"; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política (Marx, 1983, p. 240).

Se em Marx a sociedade civil refere-se à "'totalidade' das 'relações materiais da vida'" (Bianchi, 2020, p. 37), sendo o Estado a expressão da superestrutura jurídica e política que se eleva da estrutura econômica da sociedade, em Gramsci, a sociedade civil compreende um conjunto de organizações "privadas" que expressam as condições materiais de existência. A ampliação do conceito de Estado por Gramsci dá-se especialmente em relação a uma visão dentro da corrente marxista que o concebia de forma restrita, incluindo apenas as instâncias da sociedade política em sentido gramsciano. Conforme explica Semeraro (1999, p. 131), para Gramsci, a sociedade civil envolve um "complexo espaço da moderna sociedade onde se travam os enfrentamentos ideológicos, políticos e culturais que definem a hegemonia dum grupo dirigente sobre toda a sociedade".

No conceito de Estado integral, Gramsci mantém o caráter do Estado conforme a "função produtiva das classes sociais", mas ressalta que este caráter não pode ser aplicado de forma mecânica.

Isso significa que ao analisar as políticas de Estado é necessário considerar como as instituições da sociedade política e da sociedade civil se articulam para produzir consensos em torno de ideias que, embora sejam representativas de uma classe e respectivas frações, aparecem aos olhos da população como sendo de toda a sociedade.

É interessante notar que, embora nos *Quaderni del carcere* a sociedade civil apareça de forma predominante como superestrutura, ela está diretamente vinculada à estrutura e é nesse sentido que, ao analisar o americanismo e o fordismo no *Quaderni* 22, Gramsci afirma que a hegemonia nasce da fábrica (Gramsci, 2014, Q. 22, § 2).

Com esse entendimento, o autor sardo sublinha que a hegemonia de um grupo ou de uma classe social sobre o conjunto da sociedade não ocorre apenas por meio das instituições da sociedade política, mas também através daquelas da sociedade civil nas quais os intelectuais têm a função de dar coesão às ideologias (Gramsci, 2014, Q. 11, § 12).

É nesse sentido que Gramsci concebe a nova ordem política constituída após a Revolução Francesa como Estado integral, "[...] com todas as forças intelectuais e morais necessárias e suficientes para organizar uma sociedade completa e perfeita" (Gramsci, 2014, Q. 6, § 10, p. 691).

Com isso, Gramsci expressa os limites de uma nova hegemonia sem mudanças na estrutura econômica da sociedade. As concessões que a burguesia faz no campo econômico e político nunca colocam em xeque o essencial da produção capitalista; elas têm a função de manter a hegemonia econômica e política desta classe sob o conjunto da sociedade.

Assim como a revolução francesa impulsionou a construção de uma nova ordem econômica, política e social sob a hegemonia da burguesia, uma nova hegemonia, com base nas concepções de mundo das classes em condição de subalternidade, só será efetiva se abarcar os campos econômico, político e social.

Ao não identificar o Estado moderno com o governo, a concepção gramsciana abre espaço para um entendimento mais amplo dos condicionantes das ações estatais nas quais a coerção é revestida de consensos em torno das ideias hegemônicas da classe dirigente e dominante.

Nos limites deste artigo, interessa-nos compreender mais de perto como o conceito de Estado integral nas sociedades capitalistas e no Estado-classe contribui para o entendimento

das ações estatais num contexto em que a sociedade civil é cada vez mais identificada como espaço de participação e de possiblidades de emancipação (Bianchi, 2020).

O fato de, nos escritos de Gramsci, a sociedade civil aparecer como espaço predominante de persuasão e de consenso (Gramsci, 2014, Q. 6, § 88), não significa que de forma linear e mecânica este é o espaço em que prevalecem os interesses das classes em condição de subalternidade, embora sejam nos organismos privados diretamente vinculados a elas que sua ideologia, sua rebeldia e seus interesses de classe claramente se apresentam.

Ocorre que a sociedade civil comporta um conjunto de organismos privados que representam a ideologia e os interesses de ambas as classes principais, a da burguesia e a dos trabalhadores, de forma mais clara e objetiva. Todavia, muitos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), a exemplo de movimentos, fundações e institutos como o Movimento Todos pela Educação, a Fundação Leman, o Instituto Ayrton Senna etc., embora vinculados aos interesses dos diversos capitais, se apresentam à sociedade como defensores da educação como forma de cooptar a opinião pública a favor de suas ideologias, concepções de educação e propostas para a formação dos filhos das classes trabalhadoras. Nesse sentido, a advertência de Wood (2011, p. 208) é muito relevante:

> Para Gramsci, o conceito de "sociedade civil" deveria ser, sem ambiguidades, uma arma contra o capitalismo, nunca uma acomodação a ele. Apesar do peso de sua autoridade, invocada pelas teorias sociais contemporâneas da esquerda, o conceito, no seu uso corrente, já não exibe a mesma intenção inequivocadamente anticapitalista. Ele adquiriu todo um conjunto de significados e consequências, alguns muito positivos para os fins emancipatórios da esquerda, outros muito menos. Os dois impulsos contrários podem ser assim resumidos: o novo conceito de "sociedade civil" indica que a esquerda aprendeu as lições do liberalismo relativas à opressão do Estado, mas, ao que parece, estamos esquecendo as lições que aprendemos da tradição socialista acerca das opressões da sociedade civil. De um lado, os defensores da sociedade civil fortalecem nossa defesa de instituições e relações não estatais para enfrentar o poder do Estado; de outro, tendem a enfraquecer nossa resistência às coerções do capitalismo.

É principalmente por meio das instituições e organizações da sociedade civil que ocorre o transformismo, ou seja, um processo em que intelectuais ou setores inteiros vinculados às classes em condição de subalternidade assimilam a ideologia das classes dominantes e a defendem junto às classes trabalhadoras. Gramsci analisou o transformismo no *Risorgimento* italiano. Para ele, "a transformação 'clássica' foi o fenômeno pelo qual os partidos do *Risorgimento* se uniram; esta transformação deixa claro o contraste entre civilização, ideologia etc. e força de classe" (Gramsci, 2014, Q, 3, § 137, p. 396).

Há também na sociedade civil um conjunto de instituições como a escola, a imprensa e a igreja, que se apresentam acima dos interesses de classe e guardiãs do interesse comum. Como nas sociedades de classes, o que se define como bem comum são na verdade interesses das classes dominantes e dirigentes pasteurizados para que sejam mais bem assimilados pelo conjunto da população, e a sociedade civil tem funcionado como parte fundamental da construção de hegemonia em torno do Estado-classe.

Foi isso que Gramsci percebeu ao sinalizar que as políticas de Estado são permeadas pela influência de organismos privados que garantem às ações estatais serem sempre em

CC BY

prol da manutenção do *status quo*, ou seja, em favor da burguesia. Mesmo sendo expressão da luta de classes, como a correlação de forças quase sempre é favorável às classes dominantes, as políticas estatais acabam por corresponder e reforçar a institucionalidade vigente, independentemente do resultado do sufrágio universal (Gramsci, 2014, Q. 6, § 137). Por isso, na concepção integral, o

> Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dominante não apenas justifica e mantém sua dominação, mas consegue obter o consentimento ativo do governo (Gramsci, 2014, Q. 15, § 10, p. 1765).

Como destaca Liguori (2017, p. 262, grifos do autor),

> [...] partidos e associações constituem os momentos por meio dos quais se constrói o consenso. O Estado é o sujeito da iniciativa político-cultural, embora agindo por meio de canais *explicitamente* públicos ou de canais *formalmente* privados.

Sendo o Estado um terreno de conflitos de classe, mas ao mesmo tempo instrumento de uma classe para manter a dominação e a direção da sociedade, fica evidente que organizações, associações, instituições privadas vinculadas aos interesses da burguesia, típicas da sociedade civil, concorrem para a construção da hegemonia e articulação das classes dirigentes. Como afirma Gramsci (2014, Q. 13, § 18, p. 1591), "se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo da atividade econômica".

Em uma perspectiva gramsciana, para que a sociedade civil cumpra o papel de ser uma arma contra o capitalismo, é mister que, além de reforçar os espaços democráticos, as organizações "privadas" das classes trabalhadoras atuem nesta esfera de forma independente, que sejam capazes de organizar a disputa ideológica com os APH da burguesia com o propósito de construir nos debates e disputas uma nova hegemonia, seja em questões mais amplas e gerais da sociedade ou em questões específicas, porém sempre articuladas com as gerais. Significa que a disputa pela hegemonia de uma concepção de educação articulada à luta das classes trabalhadoras por melhores condições de vida e por mudanças estruturais na sociedade reforça a filosofia da práxis enquanto instrumento para construção de uma nova sociedade. Portanto, também nas questões específicas e cotidianas é fundamental que estejam presentes os elementos que movem a luta contra o capital.

A hegemonia "não [é] consentimento passivo e indireto, mas consentimento ativo e direto" (Gramsci, 2014, Q. 15, § 13, p. 1771), portanto ela demanda ser construída com base na participação de sujeitos organizados, seja do ponto de vista da burguesia ou das classes trabalhadoras. Mas a hegemonia das classes trabalhadoras difere daquela outra porque para ser dominante a da burguesia explora a classe que vive do trabalho e para ser dirigente oculta as contradições estruturais e tenta conciliar interesses antagônicos por meio de um consenso manipulado. Por outro lado, a hegemonia para as classes em condição de subalternidade ocorre numa relação pedagógica em busca da compreensão das relações humanas atrás das relações mercadológicas para transformações econômicas e sociais e instauração de uma verdadeira democracia (Semeraro, 1999).

A acepção gramsciana de hegemonia envolve domínio e direção, isso significa que a burguesia, enquanto classe dominante, detentora do poder econômico, também precisa ser dirigente, ou seja, para se manter dominante, ela precisa que sua ideologia seja incorporada pelo conjunto da sociedade (Gramsci, 2014, Q. 1, § 44).

Todavia, o estudo desenvolvido por Gramsci sobre hegemonia também diz respeito à luta das classes trabalhadoras contra o capitalismo e a construção de uma nova sociedade. Nesse sentido, o autor entende que é necessário que as classes em condição de subalternidade construam uma hegemonia de acordo com sua concepção de mundo, isto é, que sua concepção de mundo seja incorporada pela maioria da sociedade, se tornando hegemônica, o que daria a ela a condição de dirigente, embora ainda não dominante. Para tornar-se dominante e continuar dirigente seria necessário chegar ao poder por meio de um processo revolucionário que levaria a mudanças na forma de produção, a uma nova organização institucional-jurídica e a uma nova cultura. A superação de uma sociedade de classes daria ao Estado uma organização completamente distinta, e conforme indicado anteriormente, a sociedade civil tenderia a incorporar o Estado em sentido restrito, visto que o Estado-classe deixaria de existir numa sociedade regulada em termos gramscianos.

Mesmo quando utilizamos a ideia gramsciana de hegemonia para analisar aspectos particulares, é preciso considerar que ela se relaciona diretamente com o Estado, a força e a economia, não se restringindo ao domínio ideológico (Dias, 1996).

Consequentemente, ao analisar uma política pública para a educação à luz de como foram construídas as posições hegemônicas em torno daquelas propostas que se fizeram vitoriosas, é necessário considerar que tais disputas, embora num contexto mais imediato possam parecer resultado das diversas concepções de sociedade, educação, formação dos/as filhos/as das classes em condição de subalternidade, elas representam interesses de classe relacionados à economia e ao Estado capitalista. Logo, não se trata apenas de posições divergentes sobre políticas educacionais, mas de posições que divergem porque se vinculam a antagonismos da relação capital/trabalho. Isto posto, a produção de consensos será sempre favorável aos interesses, próximos ou distantes, das classes dominantes e dirigentes, cabendo, por conseguinte, às organizações das classes trabalhadoras evitar as permanentes armadilhas que tendem a legitimar políticas aparentemente construídas em processos democráticos participativos, mas que não expressam suas necessidades, tampouco contribuem para colocar no horizonte a perspectiva de uma outra sociedade.

Intelectuais e hegemonia

A categoria intelectual é bastante relevante no pensamento gramsciano e ela articula-se à construção de hegemonia. Para definir quem exerce o papel de intelectual na sociedade, Gramsci analisa o complexo de relações sociais e não o complexo de relações em que as atividades intelectuais se encontram (Gramsci, 2014, Q. 4, § 49). Logo, evitar o erro de método ao qual Gramsci faz referência na definição do que é intelectual "significa saber olhar para as funções "organizativas" e "conectivas" dos intelectuais, isto é, para as funções que eles desenvolvem, em formas de vez em vez peculiares e historicamente determinadas, nos processos de formação de hegemonia" (Voza, 2017, p. 431).

De acordo com Aliaga (2021, p. 116-117), o intelectual é um dirigente político, aquele que pensa e organiza a sociedade em torno de determinadas concepções de mundo. De forma sintética, pode-se dizer que "intelectual na acepção gramsciana é, portanto, aquele que une teoria e prática na formulação da ética e da moral adequadas à classe da qual emerge ou adere".

Ao ampliar o conceito de intelectual de forma a considerar que todo ser humano é um intelectual porque o intelecto é usado em toda ação humana, Gramsci expõe uma visão que articula trabalho manual e trabalho intelectual em sua concepção de escola unitária.

> O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não só na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário será, portanto, refletido em todos os organismos da cultura, transformando-os e dando-lhes um novo conteúdo[10] (Gramsci, 2014, Q. 12, § 1º, p. 1538).

A concepção ampla de intelectual que Gramsci usa em seus estudos suplanta aquela de uso corrente (Gramsci, 2005b).

O autor sardo afirma logo no início do primeiro parágrafo do Q. 12 que todo grupo social que tem uma função fundamental no mundo da produção econômica cria para si uma ou mais camadas de intelectuais que dão homogeneidade e consciência às suas concepções de mundo (Gramsci, 2014, Q. 12, § 1º).

As duas classes fundamentais, os donos dos meios de produção e aqueles que, desprovidos de tais meios, vendem sua força de trabalho, têm seus intelectuais orgânicos, cuja função é, em diferentes esferas, dar coerência e consistência ideológica e organizativa às respectivas classes.

> Pode-se observar que os intelectuais 'orgânicos', que cada nova classe cria consigo e elabora no seu desenvolvimento progressivo, são principalmente 'especializações' de aspectos parciais da atividade primitiva do novo tipo social que a nova classe coloca em destaque (Gramsci, 2014, Q. 12, § 1º, p. 1514).

Toda classe social que se coloca a tarefa de ser hegemônica na sociedade tem e constrói seus intelectuais de acordo com as tarefas que estão postas para o advento de um novo tipo social. Ela faz isso antes de ser hegemônica e dominante e depois, antes para a construção da unidade de classe, para ser dirigente das classes aliadas e disputar a hegemonia da sociedade contra as classes adversárias, depois porque precisa delas para manter-se dirigente.

Nisso consiste a importância da hegemonia para a direção e dominação da classe que detém o poder e para as classes que almejam se tornar dirigentes e dominantes num primeiro momento e dirigentes quando não há mais divisão de classe, a dominação deixa de existir e a tarefa de direção é amplamente compartilhada na sociedade civil.

10- "L'avvento della scuola unitaria significa l'inizio di nuovi rapporti tra lavoro intellettuale e lavoro industriale non solo nella scuola, ma in tutta la vita sociale. Il principio unitario si rifletterà perciò in tutti gli organismi di cultura, trasformandoli e dando loro un nuovo contenuto".

À vista disso, Gramsci concebe que exercem a função de intelectuais na sociedade aqueles/as que, atuando na produção ou na sociedade civil, ajudam na elaboração, na organização e na divulgação de concepções amplas e específicas sobre a organização e o funcionamento social (Gramsci, 2024, Q. 19, § 26).

Ao estudar a relação que os intelectuais têm com as classes instrumentais, as classes principais, como um elemento de compreensão do papel social e político que eles exercem, Gramsci chama a atenção sobre a forma como os intelectuais das classes trabalhadoras interagem com sua classe, no sentido de contribuir para elevar a consciência do senso comum à filosófica, numa atitude pedagógica educativa, contrapondo-se à forma paternalista que reforça relações de superioridade entre intelectuais e massa. A ideia de organicidade dos intelectuais com as classes sociais deriva de um senso diverso daquele que opõe os intelectuais à população, em que os primeiros exercem certo "domínio" sobre as massas e não uma direção consentida.

Em relação aos intelectuais das classes dominantes, seus vínculos de classe acontecem tanto pela identificação ideológica quanto pela posição que assumem na tarefa de conduzir a dominação e a direção de classe (Gramsci, 2014, Q. 19, § 24).

Os vínculos de classe para aqueles que exercem a função de intelectual na sociedade não são imutáveis, há processos em que os intelectuais da classe dominante, ou daquela que se coloca em vias de, atraem intelectuais de outros grupos ou classes os acomodando numa condição de subordinação. Este fenômeno é especialmente importante porque representa o poder que as classes dominantes e dirigentes exercem em relação aos intelectuais das classes em condição de subalternidade, cooptando-os, deixando acéfalas tais classes e tirando delas o poder de elaboração, organização e divulgação de concepções de mundo afeitas às suas condições e necessidades de classe.

Esse é um processo fundamental na luta de classes. Se concordamos que a população não se auto-organiza espontaneamente (ou raramente o faz) e que os intelectuais ocupam papel relevante no processo de organização do povo, uma forma eficiente de limitar o poder de classe é conter sua capacidade de organização independente (Gramsci, 2014, Q. 11, § 12).

A noção gramsciana de intelectual, ao assumir não apenas aqueles/as que são tradicionalmente assim considerados/as pela sociedade, mas um amplo conjunto de indivíduos que, ao divulgarem as ideologias, reforçam, quando vinculados às classes dominantes, sua condição de dirigente, quando vinculados às classes trabalhadoras, a construção de uma nova hegemonia expõe a necessidade de maior e melhor articulação entre as diversas camadas de intelectuais para que sejam garantidas a coerência e a coesão de suas atividades.

Sendo a hegemonia um conceito analítico que orienta o conhecimento, ainda que permaneça vinculado ao seu referencial histórico concreto, como apresentado nos *Quaderni* (Thomas, 2013), cabe aos intelectuais o manuseio deste conceito no entendimento dos movimentos históricos, para a manutenção da hegemonia vigente, quando intelectual orgânico das classes dominantes ou para a construção de uma outra hegemonia, quando intelectual das classes dominadas.

O intelectual orgânico atua com base na interpretação da relação entre conhecimento científico, filosófico e ação política, com a finalidade de ser um formulador, organizador, divulgador, um educador permanente em prol de uma concepção de mundo que se

manifesta nos diferentes aspectos da vida, pois "a filosofia da práxis concebe a realidade das relações humanas de conhecimento como elemento de 'hegemonia' política" (Gramsci, 2014, Q. 10, § 6/IV, p. 1245).

Se na perspectiva apresentada por Gruppi (1978, p. 80) os intelectuais cumprem um papel de "'persuasores' da classe dominante, [de] 'funcionários' da hegemonia da classe dominante", é fundamental que as classes trabalhadoras tenham seus próprios intelectuais para que exerçam função semelhante a serviço seus interesses.

Uma vez que existem graus distintos no exercício das atividades intelectuais, ainda que a função de elaboradores das ciências, da filosofia, das artes seja fundamental para a classe à qual os intelectuais estão vinculados, não é menos importante o papel que cumprem os divulgadores das ideologias (Gramsci, Q. 11, § 12/IV).

Gramsci coloca em relevo a importância, para a manutenção de determinada hegemonia ou para a construção de outra, dos intelectuais que, não sendo elaboradores/criadores, desempenham o papel de divulgar ideias que orientam e dão organicidade à sociedade, pois sem a divulgação destas ideias por estes intelectuais elas ficariam restritas a pequenos grupos e não cumpririam a função de ser "a base de ações vitais". Do ponto de vista das classes trabalhadoras, a tarefa de construir outra hegemonia demanda não apenas a elaboração de uma nova concepção de mundo coerente, mas principalmente fomentar junto à maioria da população uma concepção unitária de mundo que contribua para sua consciência e organização enquanto classe, com o objetivo de intervir e transformar a realidade, seja em aspectos específicos ou gerais da vida social.

A educação institucionalizada tem papel valioso na elaboração e na divulgação das ciências, das artes, da filosofia, geralmente com a prevalência das ideologias dominantes, mas as escolas e as universidades não são as únicas responsáveis por esta tarefa, também o são os meios de comunicação (Dias, 1996).

Se no contexto em que Gramsci viveu cabia especial atenção às diversas formas de comunicação, no limiar do século XXI, além dos tradicionais meios de comunicação, as redes sociais têm funcionado como poderosos instrumentos de transmissão de notícias, de falsas notícias, e de ideias com distintos matizes que circulam, quase sempre em bolhas, e influenciam a opinião pública.

Para Gramsci (2014, Q. 10, § 44), toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, isso implica pensar nos *sistemas* ou *aparelhos* de hegemonia, ou seja, instituições que cumprem uma função pedagógica de educação da população sob determinada orientação ideológica. Ao estudar as ações de cunho político e ideológico da burguesia no Brasil contemporâneo, Casimiro (2018) analisa como os denominados Aparelhos Privados de Hegemonia atuam na formulação e difusão da ideologia de mercado, núcleo fundamental da gestão neoliberal do capitalismo hodierno.

Ao considerar que entre os muitos significados de democracia aquele que lhe dá maior substância é o que estabelece um nexo entre hegemonia e democracia (Gramsci, 2014, Q. 8, § 191), o autor sardo coloca a hegemonia no campo da persuasão e do consenso e entende a democracia como o método por excelência para sua construção, não obstante a dominação envolver elementos de força, lembrando que no pensamento gramsciano hegemonia envolve direção e domínio (Gramsci, 2014, Q 1º, § 44).

Um aspecto importante sobre a ação dos intelectuais, especialmente os das classes dominantes, é que eles funcionam como um coletivo (Dias, 2006). Nesse sentido, podemos falar de intelectual coletivo para nos referirmos a um conjunto de organizações privadas que têm influenciado a construção de hegemonias em torno da ação do Estado, seja de políticas mais amplas, seja das políticas educacionais de forma específica.

Uma vez que os/as intelectuais também interferem na correlação de forças, as formas como eles se organizam e intervêm nas questões sociais gerais e específicas tornam-se questões fundamentais, tanto para as permanências como para as transformações (Schlesener, 2007).

À medida que, do ponto de vista do Estado-classe capitalista, a hegemonia consiste em um processo de universalização dos interesses da classe dominante ao conjunto da sociedade, no marco da democracia liberal, "a heterogeneidade social dos grupos no governo tem pouco ou nenhum impacto sobre o caráter de classe desse governo" (Aliaga, 2017, p. 110), pelo contrário, tende a reforçar a condição de direção da classe dominante e a enfraquecer a capacidade de organização das classes dominadas.

De acordo com Thomas (2013, p. 223), "o conceito de uma futura e possível hegemonia proletária emerge de uma apreciação mais exata da natureza da hegemonia burguesa real e efetiva contra a qual ela deve lutar", por conseguinte, o intelectual das classes dominadas tem no sentido gramsciano a dupla tarefa de compreender os processos históricos e construir as estratégias que confluem para uma hegemonia sob a sua direção, de forma que possa se transmutar em classe dominante até que a sociedade de classes não mais exista, quando o Estado-sociedade civil será a direção de toda a sociedade.

Dessa forma, a análise da atuação dos/as intelectuais está sempre vinculada aos contextos gerais ou específicos da luta de classe, porque são neles/as que se pode compreender o papel conectivo-organizativo que eles/as exercem em prol de uma ou outra perspectiva de classe.

Algumas considerações

Ao tomar como referência o pensamento gramsciano para analisar políticas públicas para a educação é necessário ponderar que os conceitos e as ideias do autor foram produzidos numa cuidadosa análise da realidade econômica, política e social da Itália e de países capitalistas ocidentais, sendo, portanto, instrumentos mais adequados a análises históricas e conjunturais relativas à grande política (Gramsci, Q. 13, § 5).

Com base na definição gramsciana de grande e pequena política, a análise de políticas educacionais diz respeito à pequena política, requerendo, portanto, alguns cuidados com a tradutibilidade, ou seja, a possibilidade de compreender processos e realidades educacionais brasileiros a partir de conceitos produzidos em contextos e finalidades distintas. Nesse sentido, a consideração de Fontes (2010, p. 122) é elucidativa.

> Gramsci abordou as condições sociopolítico-cultural-ideológicas de expansão do capitalismo e concedeu especial atenção para suas condições internas de sustentação políticas e culturais, num contexto contraditório onde, de um lado, havia crescentes reivindicações populares em prol de

> uma socialização da política e, de outro, tais reivindicações sofriam processos de modificação, de mutilação e mesmo de manipulação, de maneira a serem convertidas em sustentáculos da própria dominação que procuravam denunciar.

Consideramos factível o uso de conceitos gramscianos para analisar questões educacionais na realidade brasileira, mas é oportuno observar que num contexto em que há incorporações nas políticas estatais de reivindicações das classes trabalhadoras e ampliação da participação da sociedade civil em processos de elaboração de políticas públicas para a educação, no âmbito da pequena política, não se trata de ações para mudanças estruturais, construção de novos estados e sociedades, pois as reivindicações e ações dos setores vinculados aos interesses das classes em condição de subalternidade podem contribuir tanto para reforçar a dominação capitalista como para tensionar com vistas à ampliação de direitos e questionar os limites da democracia liberal e do capital como entrave ao desenvolvimento das forças produtivas na contemporaneidade.

É preciso criticidade para reconhecer a importância da participação democrática no estabelecimento das políticas públicas para educação, mas também para perceber os limites do Estado-classe assumir políticas educacionais progressistas. Atenção especial deve ser dedicada a verificar se a forma como se organizam os espaços de participação e seu funcionamento não acabam servindo particularmente para a legitimação de políticas governamentais ou estatais, especialmente quando concorrem para desmobilizar a organização e as políticas de classe daqueles setores em condição de subalternidade.

No entendimento de que a hegemonia advém de processos em que se colocam em disputas posicionamentos divergentes, mas baseados em antagonismos de classe, o debate entre as variadas posições que se apresentam nas instâncias da sociedade civil e na sociedade política só poderá prosperar como democrático se estiverem devidamente claras as regras de funcionamento e se elas forem respeitadas. Ainda que a hegemonia seja respaldada em consensos produzidos pelo convencimento, não se pode esquecer que ela também envolve aspectos de "força" dos quais a sociedade política lança mão para garantir que os interesses que o Estado-classe representa sejam hegemônicos.

Essas considerações são importantes diante do entendimento de que a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas não representa por si só a situação ideal de ação das classes trabalhadoras como espaço de participação e emancipação. No entendimento de Estado integral de Gramsci, na sociedade civil encontram-se os "aparelhos privados" das classes fundamentais e suas respectivas frações, portanto, é espaço de luta de classes, no qual aquelas dominantes estão bem articuladas em relação à sua ideologia e aos instrumentos persuasivos para torná-la hegemônica em todo tecido social.

Ainda que os intelectuais orgânicos das classes trabalhadoras possam estar bem-preparados/as em termos das questões educacionais, não raro suas propostas são desqualificadas no debate como inexequíveis frente a limitações impostas por políticas anteriores e/ou por constrangimentos mais gerais face à organização e ao funcionamento das sociedades capitalistas, inviabilizando ou limitando possíveis avanços que tais propostas poderiam trazer.

É preciso lembrar que no âmbito da pequena política, os embates estão sempre no marco da manutenção da organização mais geral do Estado-classe. Mas não deve intimidar a apresentação de propostas que questionam as políticas dominantes e contraponham a elas não apenas o factível na perspectiva do *status quo*, mas o que pode ser franqueável quando os limites impostos pelo capitalismo monopolista sob o neoliberalismo são forçados a ceder além do que lhe é esperado e desejável.

Uma atuação desta natureza no contexto da pequena política contribui para a grande política na direção da construção de uma nova sociedade, por conseguinte não é trivial que as formas de fazer a pequena política pelos/as trabalhadores/as estejam em sintonia e articuladas à forma de fazer a grande política desta classe.

Entendemos que, tanto na sociedade civil como na sociedade política, são colocadas em movimento ideologias de diversos matizes com vistas ao estabelecimento de hegemonias relacionadas a aspectos específicos da vida social e política que fortalecem ou enfraquecem a hegemonia das classes dominantes, sendo que, por certo, convém às classes trabalhadoras que seus interesses se tornem cada vez mais hegemônicos. Por isso, assumimos que, nos processos de estabelecimento de políticas de Estado, a participação dos/as intelectuais das classes em condições de subalternidade nos temas em debate deve ser orientada por uma visão que articula as demandas imediatas relacionadas com aquelas que dão unidade e coerência a uma concepção de mundo na perspectiva da filosofia da práxis.

Referências

ALIAGA, Luciana. **Do Sul ao Norte**: uma introdução a Gramsci. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

ALIAGA, Luciana. **Gramsci e Pareto**: ciência, história e revolução. Curitiba: Appris, 2017.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita:** aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. *In:* DIAS, Edmundo Fernandes; SECCO, Lincoln; COGGIOLA, Osvaldo; MASSARI, Roberto; BRAGA, Ruy. **O outro Gramsci**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 1996. p. 9-80.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV / URFJ, 2010.

FRESU, Gianni. Universale e nazionale. Il prisma dela traducibilità filosófica in Brasile. *In*: FRESU, Gianni; ALIAGA, Luciana; DEL ROIO, Marcos. (a cura di). **Gramsci in Brasile**: um esempio riuscito di traducibilità filosofica. Milano: Meltemi editore, 2022. p. 21-53.

FROSINI, Fabio. **La religione dell'uomo moderno**: política e verità nei Quaderni del cárcere di Antonio Gramsci. Roma: Carocci, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi, 2014. 4 v. Edizione critica dell´Istituto Gramsci, a cura di Valetino Gerratana.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

LIGUORI, Guido. Estado. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silva De Bernardinis. Revisão técnica de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 261-264.

LIGUORI, Guido. **Gramsci conteso:** interpretazioni, dibattiti e polemiche 1922-2012. Roma: Riuniti, 2012.

LIGUORI, Guido. Ideologia. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937).** Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silva De Bernardinis. Revisão técnica de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 398-402.

LOLE, Ana; STAMPA, Inez. Estado e sociedade civil e as relações entre o público e o privado no Brasil: reflexões a partir do pensamento de Antonio Gramsci. *In*: LOLE, Ana; SEMERARO, Giovanni; SILVA, Percivel Tavares da (org.). **Estado e vontade coletiva em Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. p. 41-65.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NOSELA, Paolo. **A escola de Gramsci**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTUCCI, Antonio A. **Antonio Gramsci:** 1981-1937. Palermo: Sellerio, 2005.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura:** Gramsci. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2007.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil.** Petrópolis: Vozes, 1999.

THOMAS, Peter D. **The gramscian moment:** philosophy, hegemony and marxismo. Delhi: Aakar Books, 2013.

VOZA, Pasquale. Intelectuais orgânicos. *In*: **LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.).** Dicionário Gramsciano (1926-1937). Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silva De Bernardinis. Revisão técnica de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 430-431.

WOOD. Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

Recebido em: 10.01.2024
Revisado em: 10.12.2024
Aprovado em: 06.03.2025

Editor responsável: Profa. Dra. Renata Marcilio Candido

Márcia Aparecida Jacomini é doutora em educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Realiza pesquisa em/sobre política educacional e gestão escolar.